



ESTADO DE SERGIPE  
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA  
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO  
RECORTE DE JORNAIS

Veículo: JORNAL DA CIDADE  
Identificação: CIDADES B2  
Data: 06/09/2012

Escassez no número de consultas médicas diárias – média de cinco atendimentos ao dia; ausência de pediatras, urologista e ortopedistas; falta de gerente efetivo nas Unidades Básicas de Saúde (UBS); médicos que vão trabalhar usando traje impróprio – de short, camiseta e chinelo; falta de seguranças nas UBS; falta de vacinas, especialmente de Hepatite B; não existir controle de endemias; e a longa espera do SAMU quando solicitado pela comunidade são algumas das principais reivindicações das pessoas entrevistadas durante o censo.

De acordo com o promotor de Justiça Fábio Viegas, centenas de pessoas participaram da pesquisa, moradores do Robalo, Areia Branca, Mosqueiro, São José, Santa Teresinha e demais comunidades que compõem a Zona de Expansão. “O ministério público hoje é um ministério social, que vai até onde a comunidade se encontra, que vai tentar solucionar os problemas, sabemos que não podemos resolver todos os problemas, mas nós fazemos o encaminhamento, tenho pos-

sibilidade de tentar resolver administrativamente e depois se não for possível, tentar solucionar judicialmente, ou seja, nós temos essa missão”, destacou o promotor.

“Não foi diferente naquela realidade da Zona de Expansão. Lá, vimos a felicidade da população quando recebeu o MP, pois dezenas de promotores foram àquela localidade, ouvimos os reclames da população e, para nossa infelicidade, os maiores problemas encontrados foram relativos à saúde”, emendou.

Depois do censo social, já existiram diversos avanços. Em reunião com o presidente da Fundação Hospitalar de Saúde, a coordenadoria

do Samu e se definiu que o Samu deve ficar na UBS de Santa Teresinha. “Outra conquista para a comunidade é que já temos a notícia de que haverá uma construção de uma nova unidade de saúde no Niceu Dantas, totalmente equipada para atender a população. Foi sugerido que até fosse um posto 24 horas”, comentou Viegas.

Ficou determinado que a SMS deve resolver a questão do número de fichas de atendimento para que a população tenha mais acesso a saúde, pois saúde é um princípio institucional, que esta terá o período de 30 dias para verificar as reclamações da população; a emissão em até 90 dias, de

um relatório de inspeção técnica pela Vigilância Sanitária de Aracaju sobre as condições nas UBS; no prazo de oito dias a SMS tem de dar uma resposta a um caso de um paciente em estado grave que precisava fazer cirurgia, mas que até o momento não conseguiu nem marcar um atendimento; e o Samu tem o prazo de 30 dias para tomar providências com relação ao atendimento prestado na região.

“O MP tem a preocupação de que a saúde funcione bem, vamos fazer o acompanhamento diuturno dessas questões para que as pessoas não sejam prejudicadas diante desse serviço”, finalizou Fábio Viegas.